

700

QUESTÕES

COM RESPOSTAS



SÓ 
QUESTÕES

FGV

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Informática
- ▶ Direito Constitucional
- ▶ Direito Administrativo
- ▶ Administração Geral e Pública
- ▶ Direito Penal
- ▶ Direito Processual Penal
- ▶ Direito Civil
- ▶ Direito Processual Civil



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





FGV

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

GABARITANDO 700 Questões Gabaritadas

CÓD: OP-094AB-26
7908403597536

ÍNDICE

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Matemática e Raciocínio Lógico	27
3. Informática.....	41
4. Direito Constitucional	59
5. Direito Administrativo.....	81
6. Administração Geral e Pública	103
7. Direito Penal	123
8. Direito Processual Penal	145
9. Direito Civil.....	167
10. Direito Processual Civil.....	193

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (FGV - 2026)

A língua portuguesa contém vocábulos com três acentuações tônicas: oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.

Entre as opções abaixo, assinale aquela que mostra dois vocábulos com idêntica acentuação tônica (as palavras estão propositalmente sem acentos gráficos).

- (A) interim / decano.
- (B) prototipo / gratuito.
- (C) pesames / carater.
- (D) filantropo / maquinaria.
- (E) hipodromo / futil.

2. (FGV - 2024)

Em cada opção abaixo há duas palavras, propositalmente sem os acentos gráficos.

Assinale a opção em que os dois vocábulos mostram acentuação tônica **diferente**.

- (A) interim / prototipo.
- (B) órgão / ponei.
- (C) decano / orfão.
- (D) rubrica / extase.
- (E) onibus / alibi.

3. (FGV - 2026)

A substantivação é um processo sintático de transformar outras classes de palavras em substantivos.

A frase em que isso **NÃO** ocorre é:

- (A) “O silêncio não era completo; ouvia-se o rodar de carros que passavam fora.” (*A Mão e a Luva*)
- (B) “O proceder de Luís Alves, sóbrio, direto, sem desfalecimentos, fazia perceber à moça que ele nascera para vencer.” (*A Mão e a Luva*)
- (C) “Estácio gostava de lhe ver o airoso do busto e a firme serenidade com que ela conduzia o animal.” (*Helena*)
- (D) “Apertei-lhes a mão e saí, a rir comigo da superstição das duas mulheres, um rir filosófico, desinteressado, superior.” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)

(E) “Raimundo parecia feito expressamente para servir Luís Garcia.” (*Iaiá Garcia*)

4. (FGV - 2024)

As opções abaixo mostram um vocábulo e sua forma de plural correspondente. Assinale a opção em que a forma de plural está correta.

- (A) Cidadão / cidadãos.
- (B) Corrimão / corrimães.
- (C) Testemunha-chave / testemunhas-chave.
- (D) Couve-flor / couve-flores.
- (E) Qualquer/ quaisquer.

5. (FGV - 2025)

Assinale a opção em que a segunda palavra tem valor mais intenso que a primeira.

- (A) minúsculo / pequeno.
- (B) enorme / grande.
- (C) milionário / rico.
- (D) sujo / imundo.
- (E) lindo / bonito.

6. (FGV - 2024)

A opção abaixo em que os dois adjetivos indicados **NÃO** variam em número nem em gênero, é:

- (A) rosa / creme;
- (B) branco / firme;
- (C) constante / frequente;
- (D) melhor / superior;
- (E) marrom / atuante.

7. (FGV - 2024)

Os adjetivos podem representar estados, qualidades, características e relações; assinale a frase abaixo que mostra um tipo de adjetivo **diferente** dos demais:

- (A) Meu pai, apesar da idade, não mostra cabelos brancos.
- (B) Filhos teimosos são filhos mal-educados.
- (C) As rosas vermelhas são as mais bonitas.
- (D) A seda é o tecido mais macio que há.
- (E) Toalhas manchadas são fruto de descuido.

8. (FGV - 2024)

Os adjetivos podem ser empregados com gradação, nos graus comparativo e superlativo. Assinale a frase que se mostra no grau comparativo.

- (A) O ministro é o mais simpático do grupo.
- (B) O presidente do senado é mais falante que atuante.
- (C) Os batedores de carteira são rapidíssimos.
- (D) Todos os alunos são muito inteligentes.
- (E) Nem todos os secretários são bastante cultos.

9. (FGV - 2022)

Abaixo há locuções adjetivas introduzidas, respectivamente, pelas preposições com e sem.

Assinale a opção em que a substituição dessas locuções por adjetivos é feita de forma incorreta.

- (A) carne com sal / sem sal = salgada e insossa.
- (B) campo com água / sem água = úmido e seco.
- (C) líquido com açúcar / sem açúcar = doce e salgado.
- (D) fruta com sabor / sem sabor = saborosa e insípida.
- (E) flores com perfume / sem perfume = perfumadas e inodoras.

10. (FGV - 2025)

Se isto te convier, faze rapidamente.

Assinale a opção que mostra formas que repetem os mesmos tempos verbais e as mesmas pessoas dos termos sublinhados.

- (A) chegar / chegue.
- (B) colocar / coloque.
- (C) tiver / tenha.
- (D) pôr / põe.
- (E) vir / vê.

11. (FGV - 2024)

Assinale a frase que, em função da forma de participio empregada, mostra problema de correção.

- (A) O bandido foi morto no confronto com a polícia.
- (B) Antes de partir, ele havia pagado as contas.
- (C) Todos tínhamos pego o ônibus adequado.
- (D) Os meninos foram salvos do mar furioso.
- (E) Os alunos tinham feito os trabalhos.

12. (FGV - 2023)

“Ignorante: uma pessoa que não conhece o que conhecemos, embora conheça muitas outras coisas que desconhecemos”.

Assinale a opção que indica as formas verbais que exemplificam corretamente os mesmos tempos verbais destacados nessa frase, na mesma ordem de seu aparecimento.

- (A) via – víamos – veja.
- (B) teve – tivemos – tenha.
- (C) quer – queremos – quisesse.
- (D) vem – vimos – venha.

13. (FGV - 2023)

“Meu desejo é ver Deus. E, como dizia Freud, se eu morrer e chegar à presença de Deus, eu terei muito mais coisas a perguntar para ele do que ele para mim”

(Leonardo Boff)

Na frase acima, são formas de infinitivo:

- (A) ver / perguntar.
- (B) ver / morrer / chegar / perguntar.
- (C) ver / chegar / perguntar.
- (D) morrer / perguntar.
- (E) ver / morrer.

14. (FGV - 2022)

Em 2020, a pandemia de Covid-19 alterou profundamente a vida no planeta Terra. Suas consequências sociais, econômicas e psicológicas ainda não são plenamente conhecidas – mas serão certamente duradouras. Os dois textos desta prova discutem algumas dessas consequências.

Texto 1

Z de depressão (*fragmento*)

“Quando o sol nasce em Minas Gerais, Caio está em seu quarto. Ao cair da noite, também é lá que o rapaz fica, isolado. Ele tem 21 anos e mora em Luz, cidade mineira de pouco mais de 18 mil habitantes. Até os 8 anos, levou a vida tranquila de alguém que cresce numa cidade pequena. Mas então um dos seus tios se matou, e o menino foi se tornando cada vez mais triste. Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos – ‘não sobrou ninguém’, ele conta. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas. [...]

Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (FGV - 2025)

Um perito criminal está investigando o furto, sem arrombamento, do conteúdo em um cofre que bloqueia automaticamente a sua abertura após três tentativas incorretas e consecutivas de se digitar a senha. A perícia indica que o suspeito tinha um conjunto de 10 sequências possíveis de dígitos no momento do sinistro, sendo apenas uma a senha correta. O perito supõe que o suspeito não tinha qualquer preferência entre as sequências que detinha e, por essa razão, todas teriam a mesma probabilidade de serem escolhidas. Com base nessas informações e sabendo-se que uma sequência, uma vez utilizada, foi descartada de novas escolhas, antes de o suspeito fazer qualquer tentativa, a probabilidade de ele conseguir abrir o cofre, antes do bloqueio, por meio da senha correta era

- (A) 8,1%.
- (B) 25,0%.
- (C) 27,1%.
- (D) 30,0%.
- (E) 32,1%.

2. (FGV - 2025)

Uma caixa contém seis bolas brancas e quatro bolas azuis, todas de mesmo tamanho.

Se sortearmos ao acaso 3 dessas bolas, sem reposição, a probabilidade de que todas sejam brancas é igual a

- (A) $1/3$.
- (B) $1/4$.
- (C) $1/5$.
- (D) $1/6$.

3. (FGV - 2025)

Em uma caixa há determinada quantidade de bolas, que têm cor única: ou a bola é preta ou é branca. A quantidade de bolas brancas está para a quantidade de bolas pretas, assim como 2 está para 3.

Se adicionarmos a essas bolas uma nova bola branca e uma nova bola preta, a probabilidade de que uma bola sorteada ao acaso seja branca passa a ser de $\frac{13}{32}$.

É correto concluir que, antes da inclusão das duas bolas, a quantidade de bolas pretas superava a quantidade de brancas em

- (A) 5 unidades.
- (B) 6 unidades.
- (C) 7 unidades.
- (D) 8 unidades.
- (E) 9 unidades.

4. (FGV - 2024)

Uma firma de auditoria foi contratada para realizar um trabalho em uma empresa do ramo automobilístico. Os auditores independentes definiram, em seu processo de amostragem, que irão selecionar a partir do método aleatório (disposto como um dos principais pela NBC TA 530 – Amostragem) apenas uma nota fiscal de venda por mês para sua posterior análise. Para o mês de novembro de 20X1, as notas fiscais de venda foram assim distribuídas:

Cor do veículo / Tipo de câmbio	Câmbio manual	Câmbio automático
Preto	5	7
Prateado	7	6

Considerando o exposto, a probabilidade de que seja selecionada uma nota fiscal referente à venda de um veículo de cor preta e de câmbio manual na amostragem de novembro de 20X1 é igual a

- (A) 5%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 50%.

5. (FGV - 2023)

Um dado cúbico honesto, com as faces numeradas de 1 a 6, foi lançado 3 vezes consecutivas. Sabe-se que a soma dos 3 números sorteados foi 8.

A probabilidade de o número 3 ter sido sorteado pelo menos uma vez é:

- (A) $\frac{10}{21}$
 (B) $\frac{0}{21}$
 (C) $\frac{5}{18}$
 (D) $\frac{3}{7}$
 (E) $\frac{2}{3}$

6. (FGV - 2022)

Um computador possui uma senha que requer quatro diferentes algarismos entre 0 e 9, que devem ser colocados em qualquer ordem. Entretanto, a senha permite que 6 algarismos diferentes entre 0 e 9 sejam usados como uma combinação, ou seja, a senha é considerada correta se 4 dos 6 números da combinação forem colocados.

A probabilidade de que uma pessoa qualquer, que não conheça a senha, consiga entrar no computador na primeira tentativa é de

- (A) $1/10$.
 (B) $3/10$.
 (C) $1/7$.
 (D) $1/14$.
 (E) $3/14$.

7. (FGV - 2022)

Em uma urna há 6 bolas numeradas de 1 a 6.

Retiram-se da urna, aleatoriamente, 2 bolas em sequência e sem reposição. A probabilidade de o maior número nas bolas retiradas ser igual a 4 é

- (A) $\frac{1}{2}$

- (C) $\frac{1}{5}$
 (D) $\frac{2}{5}$
 (E) $\frac{3}{5}$

8. (FGV - 2023)

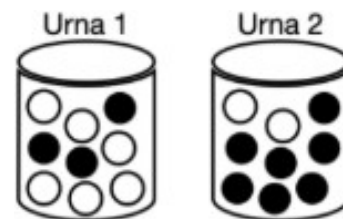
Considere o lançamento de um dado equilibrado (ou seja, todas as seis faces do dado têm a mesma chance). Se o número de pontos obtidos for no máximo 5, diz-se que o evento X ocorreu. Se o número de pontos obtidos for par, diz-se que o evento Y ocorreu.

A probabilidade condicional de X dado Y é igual a

- (A) $1/2$.
 (B) $2/3$.
 (C) $2/5$.
 (D) $1/3$.
 (E) $5/6$.

9. (FGV - 2026)

A figura a seguir ilustra duas urnas com bolas pretas e brancas.



Um dado honesto e comum (faces de 1 até 6) será lançado. Se o número obtido no lançamento for par, uma bola será escolhida aleatoriamente da Urna 1. Caso o número seja ímpar, a bola será sorteada, também ao acaso, da Urna 2. Nesse cenário, a probabilidade de que a bola obtida seja branca

- (A) é maior que 40%.
 (B) está entre 10% e 20%.
 (C) está entre 25% e 35%.
 (D) é menor que 35%.
 (E) é menor que 10%.

INFORMÁTICA

1. (FGV - 2026)

Amanda, uma técnica mecânica, está elaborando um relatório técnico no Microsoft Word sobre análise Preditiva de Falhas em componentes hidráulicos. O documento possui dezenas de páginas, múltiplos capítulos e subseções com especificações técnicas detalhadas.

Analise as afirmações a seguir, que descrevem os procedimentos de formatação que Amanda deve realizar:

I. Amanda formatou o primeiro subtítulo (3.1 Análise de Vibração) com fonte Arial 12, negrito, e um espaçamento de parágrafo de 6 pt. Depois, para aplicar essa exata formatação em todos os outros subtítulos (3.2, 3.3, 4.1, etc.), a ferramenta Pincel de Formatação é a mais eficiente, pois permite copiar e aplicar, simultaneamente, tanto as formatações de fonte (Arial, 12, negrito) quanto as de parágrafo (espaçamento 6 pt. Depois).

II. Para que todos os capítulos principais (ex: 1. INTRODUÇÃO, 2. METODOLOGIA), que usam o estilo Título 1, comecem obrigatoriamente no topo de uma nova página, a ação correta é modificar a formatação de parágrafo do próprio estilo Título 1 e, na aba Quebras de Linha e de Página, marcar a opção Quebra de página antes.

III. Ao ajustar o alinhamento do texto para Justificado, aplicar espaçamento entre linhas de 1,5, alterar o estilo para itálico, mudar a cor da fonte para azul e definir tamanho 11, Amanda está usando a função de formatação de parágrafo.

É **correto** o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

2. (FGV - 2026)

Um Analista Legislativo da ALE-RO precisa enviar uma correspondência oficial para 50 destinatários diferentes. Ele possui um documento base no MS Word 365 (BR) (carta-padrão) e uma lista no Excel com os nomes, cargos e endereços dos destinatários. Ele quer automatizar a criação de 50 cartas personalizadas, uma para cada pessoa da lista, sem ter que copiar e colar manualmente cada informação.

Nesse caso, o recurso do MS Word 365 (BR) que deve ser utilizado para realizar essa tarefa de forma automatizada, mesclando dados do Excel com um documento base, é

- (A) “Controlar Alterações”, na guia Revisão.
- (B) “Comparar”, na guia Revisão.
- (C) “Iniciar Mala Direta”, na guia Correspondência.
- (D) “Modelo de Documento”, na guia Arquivo > Salvar Como
- (E) “Inserir Objeto”, na guia Inserir > Objeto.

3. (FGV - 2026)

Um usuário criou um relatório no MS Word 365 (BR) com várias tabelas. Ele precisa que a primeira linha de cada tabela se repita automaticamente caso a tabela ocupe mais de uma página.

Para isso, o usuário deve

- (A) copiar manualmente a primeira linha e colá-la no início de cada nova página ocupada pela tabela.
- (B) selecionar a primeira linha da tabela e, na guia Layout da Tabela, marcar a caixa “Repetir como linha de cabeçalho”.
- (C) aplicar um estilo de título especial à primeira linha e configurar o estilo para “Manter com o próximo”.
- (D) converter a tabela em texto, inserir uma quebra de seção e depois converter o texto de volta em tabela.
- (E) usar o recurso de mesclar células para criar um cabeçalho único que se expanda por todas as páginas.

4. (FGV - 2025)

Quando se utiliza o Microsoft Word do Office 365 existem várias formas de se inserir uma tabela em um documento. Indique quais das opções abaixo mostra uma forma correta de se criar uma tabela:

- (A) Se já tiver texto com palavras separadas por “;” (ponto e vírgula) podemos selecionar Inserir -> Tabela e, em seguida, selecione Converter Texto em Tabela e na caixa de diálogo selecione “ponto-e-vírgulas”.
- (B) Para inserir uma tabela, basta pressionar CTRL + T e o Word criará automaticamente uma tabela com o número de linhas e colunas com base no conteúdo selecionado.
- (C) É possível inserir uma tabela usando o comando =TABELA(5,5) diretamente na barra de pesquisa para criar uma tabela com 5 linhas e 5 colunas.
- (D) Para inserir uma tabela, basta clicar com o botão direito na área de trabalho do Windows, selecionar “Nova Tabela” e arrastar para o documento do Word.
- (E) O Word permite criar uma tabela automaticamente copiando e colando uma lista de texto simples, que será convertida em uma tabela formatada sem a necessidade de ajuste manual.

5. (FGV - 2024)

O símbolo abaixo foi observado em um editor de texto:

Este símbolo indica

- (A) uma quebra de coluna.
- (B) uma quebra de página.
- (C) o cabeçalho de uma tabela.
- (D) o final de um parágrafo.
- (E) um caractere de tabulação.

6. (FGV - 2024)

Uma das opções de alinhamento de texto disponíveis no Microsoft Word em português é aquela que força a distribuição do texto selecionado uniformemente entre as margens. Esta opção é denominada

- (A) centralizar.
- (B) espaçar.
- (C) realçar.

- (D) organizar.
- (E) justificar.

7. (FGV - 2024)

No editor de textos Microsoft Word, que pertence à suíte de aplicativos Office, é bastante comum o uso da opção de JUSTIFICAR, que se refere à formatação de parágrafos.

Essa opção causa o efeito de

- (A) centralizar o conteúdo na página.
- (B) mostrar símbolos de formatação ocultos.
- (C) organizar a seleção em uma ordem alfabética.
- (D) incluir comentários com justificativas do autor.
- (E) distribuir o texto uniformemente entre as margens.

8. (FGV - 2023)

A respeito dos diversos tipos de quebras que podem fazer parte de um documento Word, analise as afirmativas a seguir.

IV. Uma quebra de seção não necessariamente provoca uma quebra de página.

V. Uma quebra de coluna não necessariamente provoca uma quebra de seção.

VI. A tecla Enter (também identificada pelo símbolo ↵) provoca uma quebra de parágrafo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

9. (FGV - 2023)

Luiza está editando um documento no Microsoft Word com vários capítulos, seções e subseções além de figuras e tabelas que devem ter diferentes formatações de texto.

Para aplicar rapidamente um conjunto de opções de formatação consistentemente em todo o documento, Luiza deve usar:

- (A) Estilo;
- (B) Layout;
- (C) Marca d'água;
- (D) Copiar formatação;
- (E) Formatação condicional.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (FGV - 2025)

João, cientista político, ao analisar as características do Estado de Direito Alfa, constatou que se trata de unidade existencial que apregoa uma concepção de máximo desenvolvimento material, ainda que redunde em sacrifício da liberdade individual.

Ao analisar a referida característica à luz da finalidade do Estado, João concluiu corretamente que se está perante fins

- (A) limitados.
- (B) subjetivos
- (C) descritivos.
- (D) expansivos.
- (E) dogmáticos.

2. (FGV - 2022)

Acerca das normas jurídicas, avalie as afirmativas a seguir.

I. No Estado de Direito, as normas jurídicas cumprem a tarefa de concretizar a Constituição.

II. As normas jurídicas devem criar os fundamentos de justiça e de segurança que assegurem um desenvolvimento social harmônico em um contexto de paz e de liberdade.

III. Os complexos objetivos da norma jurídica são expressos nas funções de integração, de planificação, de proteção, de regulação e de inovação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

3. (FGV - 2024)

João, Deputado Federal, observou que o menor desenvolvimento de certas regiões do país contribuía para o aumento da pobreza nesses locais, daí decorrendo grandes diferenças em relação à qualidade de vida dos habitantes de outras regiões. Por tal razão, almeja apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de alterar

esse quadro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da compatibilidade desse objetivo com os princípios fundamentais da Constituição da República, foi **corretamente** informado a João que

(A) as desigualdades sociais devem ser afastadas a partir do fortalecimento unitário e uniforme da federação, o que impede que João realize os seus objetivos.

(B) as opções políticas das maiorias ocasionais não são limitadas pela ordem constitucional, o que ampara o objetivo almejado por João.

(C) as iniciativas legislativas devem ser direcionadas ao desenvolvimento nacional, o que afasta a possibilidade alvitada por João.

(D) o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais ampara o objetivo almejado por João.

(E) o paradigma de igualdade entre pessoas e instituições obsta o fim alvitado por João.

4. (FGV - 2024)

De acordo com o artigo 4º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil deve observar alguns princípios nas suas relações internacionais.

Nesse sentido, analise os itens a seguir:

I. Dependência internacional;

II. Prevalência dos direitos humanos;

III. Defesa da paz, exceto nas situações de guerra;

IV. Repúdio ao racismo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

5. (FGV - 2025)

O diretor de uma unidade hospitalar de natureza pública recebeu a solicitação de que fosse oferecida assistência religiosa a determinado paciente praticante de religião de matriz africana.

Após analisar a legislação vigente, o diretor respondeu **corretamente** que

- (A) o caráter laico do Estado brasileiro impede a realização de cultos religiosos em repartições públicas.
- (B) o recebimento da referida assistência substancia direito subjetivo do paciente praticante da religião e que almeje recebê-la.
- (C) o deferimento da solicitação formulada está condicionado à existência de regulamento que discipline o exercício de igual direito em relação às demais religiões.
- (D) o direito à assistência almejada somente é assegurado em instituições de internação coletiva de caráter compulsório, o que não é o caso da unidade hospitalar.
- (E) o deferimento da solicitação formulada pressupõe a anuência dos demais pacientes e dos funcionários da unidade hospitalar que terão contato com a referida assistência.

6. (FGV - 2024)

Martin, de nacionalidade alemã, era casado com Joana, de nacionalidade brasileira. O casal morava na Alemanha e, no último ano, Martin faleceu deixando testamento, mas não parentes. Deixou imóveis nos territórios alemão e brasileiro.

A sucessão do imóvel deixado por Martin no território brasileiro será regida:

- (A) necessariamente pela lei alemã;
- (B) necessariamente pela lei brasileira;
- (C) pela lei indicada por Martin no seu testamento;
- (D) pela lei brasileira ou pela lei alemã, conforme opção de Joana;
- (E) pela lei brasileira, desde que a lei alemã não seja mais favorável a Joana.

7. (FGV - 2023)

Na região mais pobre do Município Alfa, um caminhão desgovernado adentrou a residência de Ana, causando um grande desabamento no local.

Ao constatar o ocorrido, Maria, vizinha de Ana, questionou sua filha a respeito da possibilidade de entrarem na casa para verificar se havia alguma pessoa ferida no local, sendo-lhe corretamente informado que o ingresso na residência, de acordo com a ordem constitucional:

- (A) está condicionado à presença de duas testemunhas;
- (B) somente seria possível com o consentimento de Ana;
- (C) poderia ocorrer, ainda que não houvesse o consentimento de Ana;
- (D) poderia dispensar o consentimento de Ana, mas apenas se houvesse ordem judicial;
- (E) poderia dispensar o consentimento de Ana, mas apenas se fosse feito por policiais civis ou militares.

8. (FGV - 2022)

Marie, de nacionalidade francesa, está residindo no território nacional há alguns meses. Para se inteirar dos distintos aspectos de sua situação jurídica, procurou um advogado e o questionou se possuía, ou não, direitos fundamentais.

O advogado respondeu corretamente que Marie

- (A) possui direitos fundamentais, desde que tenham sido provisoriamente deferidos no início do processo de naturalização.
- (B) possui direitos fundamentais, desde que tenha requerido a sua fruição no momento de ingresso no território nacional.
- (C) não possui direitos fundamentais, que somente são titularizados pelos brasileiros natos.
- (D) não possui direitos fundamentais, que somente serão obtidos ao fim do processo de naturalização.
- (E) possui direitos fundamentais, já que se encontra residindo no território nacional.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (FGV - 2025)

Leia o caso a seguir.

Um órgão público estadual necessitou contratar uma consultoria para a elaboração de um relatório técnico acerca da aplicação de recursos em projetos sociais. Para tanto, o edital da licitação foi amplamente divulgado, possibilitando que diversos interessados apresentassem suas propostas. Diante do elevado número de participantes, a seleção dos licitantes precisou se restringir aos critérios previamente estabelecidos no edital, sendo todas as decisões conduzidas em conformidade com normas e procedimentos regulamentares. Contudo, posteriormente o Tribunal de Contas do Estado verificou que a administração optou por uma consultoria de custo elevado e com metodologia inadequada, resultando na produção de um relatório de limitada utilidade e ocasionando desperdício de recursos públicos.

Com base na análise do caso, assinale a afirmativa que indica corretamente o princípio da administração pública que foi desrespeitado.

- (A) Eficiência.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Legalidade.
- (D) Moralidade.
- (E) Publicidade.

2. (FGV - 2024)

Leia atentamente o trecho de texto a seguir, que se refere a um dos princípios do Direito Administrativo:

“a conduta da Administração Pública deve ser pautada no interesse da coletividade, isto é, não deve visar a quem beneficiar ou prejudicar, uma vez que todos devem ser olhados de forma igual, não sendo possível deste modo qualquer tipo de discriminação”

Este princípio é o de

- (A) publicidade.
- (B) moralidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) motivação.
- (E) Razoabilidade.

3. (FGV - 2024)

A Administração Pública respeitará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência. Dos princípios constitucionais elencados na Constituição Federal, destaca-se o princípio da “eficiência”, que sustenta o caráter implícito do direito fundamental à Boa Administração.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

I. O princípio da eficiência apresenta, entre outros aspectos, um que pode ser considerado em relação ao modo de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atribuições, para lograr os melhores resultados em prol do bem comum.

II. Refere-se à avaliação da aquisição de insumos necessários à implementação das ações governamentais. Deve-se, portanto, verificar se a aquisição foi realizada no momento oportuno, ao custo mais baixo possível, na quantidade e qualidade adequadas.

III. A eficiência deve ser avaliada do ponto de vista da quantidade e qualidade do serviço prestado, com presteza e observando-se seu rendimento efetivo, seu custo operacional e com resultados positivos e atendimento satisfatórios das necessidades coletivas.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

4. (FGV - 2026)

A Lei no 123, de outubro de 2007, autorizava o Estado Alfa a aplicar multa de \$ 50.000 às empresas e agentes públicos que praticassem condutas obstrutivas ao livre exercício do controle externo de competência do Tribunal de Contas do Referido Estado (TCE).

No ano de 2009, o TCE instaurou processo administrativo para apurar a responsabilidade da Empresa Beta Ltda por obstrução à atividade

AMOSTRA

de auditoria realizada pela Corte de Contas em um contrato administrativo firmado entre esta empresa e o Estado Alfa, aplicando-lhe multa no valor previsto em Lei.

No curso do referido processo administrativo (fase recursal) a Lei no 123 foi alterada, reduzindo para \$ 10.000 o valor da multa aplicável à hipótese.

Considerando os fatos narrados e os princípios constitucionais que regem a administração pública, é correto afirmar que a empresa Beta:

- (A) Faz jus à redução do valor da multa imposta, tendo em vista o princípio da retroatividade da lei mais benéfica previsto no art. 5o, XL da CRFB/88.
- (B) Goza do direito de observância ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica, que tem aplicação automática para a responsabilidade por atos ilícitos civis de natureza administrativa
- (C) Fica sujeita à multa inicialmente imposta no valor de \$50.000, tendo em vista a aplicação do princípio do tempus regit actum, aplicável aos processos administrativos.
- (D) Fica sujeita à multa inicialmente imposta, tendo em vista que o princípio da legalidade, na esfera do direito administrativo sancionador, não comporta exceções.
- (E) Goza do direito de anulação da multa imposta em razão da incidência dos princípios da lei mais benéfica e do princípio da bagatela na seara administrativa.

5. (FGV - 2025)

João, proprietário de um pequeno restaurante, que funciona como a única fonte de renda de sua família, compareceu à sede da Defensoria Pública no Município Alfa, no interior do Estado de Rondônia, afirmando que agentes públicos compareceram ao local e o interditaram, em razão da inobservância de normas de higiene e salubridade, sem que existisse qualquer ordem judicial para tanto. Nesse contexto, Matheus, Defensor Público, lhe explicou que a Administração pode, de fato, executar diretamente a sua vontade, independentemente da manifestação do Poder Judiciário.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o Defensor Público explicou a João o atributo da

- (A) presunção absoluta de legitimidade do ato administrativo.
- (B) autoexecutoriedade do ato administrativo.
- (C) imperatividade do ato administrativo.
- (D) coercibilidade do ato administrativo.
- (E) exigibilidade do ato administrativo.

6. (FGV - 2022)

João, proprietário de imóvel situado ao lado de um Hospital Municipal, realizou construção irregular em sua propriedade, ocupando parte de área pública em frente ao hospital, com risco iminente de desabamento, sem obter qualquer licença para tal e ao arrepio dos ditames legais sobre a matéria. O Município, observadas as cautelas e as formalidades legais, diante da manifesta situação de urgência, promoveu a imediata demolição da construção.

O atributo do ato administrativo que fez valer a decisão de demolição, sem necessidade de prévia intervenção do Poder judiciário, é a

- (A) imperatividade, como meio direto de execução do ato administrativo, não devendo ser oportunizado a João o contraditório diferido.
- (B) exigibilidade, como meio direto de execução do ato administrativo, devendo ser oportunizado a João o prévio contraditório.
- (C) autoexecutoriedade, como meio direto de execução do ato administrativo, devendo ser oportunizado a João o contraditório diferido.
- (D) tipicidade, como meio indireto de execução do ato administrativo, devendo ser oportunizado a João o prévio contraditório.
- (E) coercibilidade, como meio indireto de execução do ato administrativo, devendo ser oportunizado a João o contraditório diferido.

7. (FGV - 2026)

O juízo de direito titular da 1ª Vara Criminal da Comarca da Capital do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro editou uma ordem de serviço, encaminhando-a, em seguida, à Corregedoria Geral da Justiça para fins de homologação, com o objetivo de padronizar os procedimentos cartorários de processamento dos autos remetidos à serventia pela Vara das Garantias.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, é **correto** afirmar que a ordem de serviço é um ato administrativo:

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

1. (FGV - 2026)

Leia o fragmento a seguir.

Com relação ao método ABC, amplamente utilizado na gestão de estoques para classificar itens conforme sua importância econômica, em regra, a classe A é composta por itens que representam cerca de _____ do valor do estoque está concentrado em aproximadamente _____ dos itens.

Assinale a opção preenche corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) 90% – 5%.
- (B) 80% – 10%.
- (C) 80% – 20%.
- (D) 70% – 20%.
- (E) 50% – 20%.

2. (FGV - 2025)

Sobre os atributos essenciais de um sistema eficiente de classificação de materiais, analise as afirmativas a seguir.

I. *Abrangência* é a capacidade do sistema incluir, de forma consistente, diferentes categorias, características e especificidades dos materiais.

II. *Flexibilidade* é a característica que garante que o sistema seja fácil de entender, implementar e utilizar no dia a dia.

III. *Praticidade* permite que o sistema de classificação se adapte a mudanças e novas necessidades, como a introdução de novos materiais, tecnologias ou alterações nas práticas do mercado.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

3. (FGV - 2025)

Considerando a classificação de um bem como permanente ou de consumo, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

() Material de Consumo: aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos. () Material Permanente: aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física e/ou tem uma durabilidade superior a dois anos.

() Material Permanente: aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde a sua identidade física e/ou tem uma durabilidade superior a três anos.

() Material de Consumo: aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a três anos.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
- (B) V – F – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) F – F – V – V.
- (E) V – F – F – F.

4. (FGV - 2022)

Uma das principais atribuições do gestor de materiais é a classificação. Assinale a opção que apresenta algumas etapas da classificação.

- (A) Simplificação, normalização e desnivelamento.
- (B) Normatização, catalogação e generalização.
- (C) Especificação, anotação e descrição.
- (D) Catalogação, especificação e codificação.
- (E) Generalização, simplificação e discriminação.

AMOSTRA

5. (FGV - 2026)

A tabela a seguir mostra o custo incorrido no transporte de diversos lotes de um produto por uma empresa, para alguns clientes.

Quantidade (# itens)	Distância (km)	Custo (R\$)
100	25	37,00
150	40	52,00
50	15	25,00
80	8	20,00
20	10	22,00

O indicador de custos de transporte dessa empresa, em centenas de unidades de produto por km, vale aproximadamente

- (A) 1,55.
- (B) 1,98.
- (C) 2,17.
- (D) 2,64.
- (E) 3,40.

6. (FGV - 2026)

Uma empresa de logística implantou sistemas TMS e sensores IoT, resultando em uma redução dos atrasos nas operações, porém elevando o custo operacional total

Esse aumento dos custos pode ser explicado

- (A) pela redução na confiabilidade dos dados, devido à ausência de verificação “in loco” das atividades.
- (B) pelo aumento nos custos fixos, em função de decisões centralizadas e eliminação do controle local.
- (C) pelo aumento da necessidade de armazenamento, devido a entrega mais rápida dos produtos aos clientes.
- (D) pelo aumento nos custos trabalhistas, causado pela substituição da mão de obra por sistemas automáticos.
- (E) pelo aumento do nível de serviço, que requer intervenções em tempo real, necessitando mais recursos e custos variáveis.

7. (FGV - 2025)

Com o avanço do consumo consciente e o aumento das exigências legais voltadas à preservação ambiental no Brasil, empresas de grande porte do setor de moda têm buscado integrar práticas de sustentabilidade às suas operações.

Nesse contexto, o novo presidente de uma grande companhia do setor decidiu adotar ações de logística reversa, com o objetivo de alinhar a empresa às demandas do mercado e reforçar seu compromisso com a responsabilidade socioambiental.

Nesse cenário, a prática de logística reversa tem como principal objetivo:

- (A) implantar processos de *benchmarking* aos pedidos e entregas em tempo real, com foco na redução dos prazos de entrega e no aumento da satisfação dos clientes;
- (B) aplicar uma metodologia de gerenciamento descentralizada ao sistema de pré-venda para otimizar a utilização dos recursos da empresa, tendo como ideia central a eliminação total de perdas no processo de produção;
- (C) operar e controlar o fluxo de materiais e as informações logísticas relacionadas ao retorno de bens de pós-venda e de pós-consumo ao ciclo de negócios, visando ao reaproveitamento, à reciclagem ou à destinação ambiental adequada;
- (D) utilizar sistemas de informação para controlar os estoques de forma automatizada, garantindo o abastecimento contínuo das lojas e evitando ou mitigando rupturas de estoque causadas pela customização excessiva, considerada prejudicial à saúde dos trabalhadores;
- (E) estabelecer estratégias de marketing aliado a práticas de *brainstorm* para aumentar a demanda por novos produtos, utilizando análises estatísticas de mercado para identificar tendências de consumo no setor de moda e desenvolver a comunidade local.

DIREITO PENAL

1. (FGV - 2025)

Sobre a criminalização de condutas e a correção com a teoria do bem jurídico, bem como com os demais princípios aplicáveis, é correto afirmar que:

(A) o princípio da proteção penal do bem jurídico está materialmente implícito na Constituição da República, a partir da garantia da inafastabilidade da jurisdição;

(B) o crime de redução à condição análoga à de escravo pressupõe uma restrição da liberdade ou alguma forma coativa de ação, pois, se houver consentimento do trabalhador com as condições degradantes, pelo princípio *volenti non fit iniuria*, afasta-se a ilicitude do fato;

(C) o paternalismo é rechaçado pelo direito penal brasileiro, firme na concepção de um direito penal fragmentário e consentâneo com liberdades individuais, impedindo-se o Estado de intervir na vontade de pessoas maiores e capazes;

(D) apenas é legítima a punição da instigação e do auxílio quando houver uma conduta típica praticada pelo executor da ação; sem isso, não se consideram ofendidos bens jurídicos relevantes;

(E) o Supremo Tribunal Federal, ao declarar a inconstitucionalidade da contravenção penal de vadiagem, se fundamentou na violação do princípio constitucional da culpabilidade, pois esse delito se baseia em uma ideia de direito penal do autor.

2. (FGV - 2024)

Em relação à aplicação da lei penal no tempo, é correto afirmar que

(A) a lei penal mais branda não retroage no caso de crime permanente ou continuado.

(B) a lei penal posterior, benéfica para o réu, não pode ser aplicada se o processo já estiver na fase de execução da condenação.

(C) a lei penal superveniente mais rigorosa retroage apenas em caso de reincidência.

(D) a lei penal posterior retroage desde que

seja benéfica para o réu, mesmo já tendo sido prolatada a decisão condenatória transitada em julgado.

(E) a lei penal temporária ou excepcional sempre será revogada pela legislação posterior.

3. (FGV - 2022)

Sobre o chamado “direito penal transitório”, houve quebra do princípio da continuidade normativo-típica, com a consequente *abolitio criminis* por meio da revogação de um tipo penal no caso de:

(A) apropriação indébita previdenciária;

(B) crimes contra a honra praticados por meio da imprensa;

(C) rapto violento ou mediante fraude;

(D) crimes contra a propriedade industrial;

(E) roubo majorado pelo emprego de arma branca.

4. (FGV - 2023)

Josué, cidadão brasileiro com 17 (dezesete) anos e 29 (vinte e nove) dias de idade, disparou arma de fogo contra Jacó; como consequência, Jacó foi atingido e faleceu no hospital 30 (trinta) dias depois.

Sobre o tempo do crime, o vigente Código Penal adota a teoria

(A) da atividade.

(B) do resultado.

(C) do nexa causal.

(D) da ubiquidade.

(E) atemporal.

5. (FGV - 2023)

João, no dia 09/05/2023, após a observância do contraditório e da ampla defesa, como consectários do devido processo legal, foi condenado, pela prática de uma determinada infração penal, à pena de 15 dias de detenção. O acusado, que respondeu ao processo em liberdade, se entregou às autoridades competentes no dia 10/05/2023, sendo encaminhado ao presídio às 22h do mesmo dia. No dia 11/05/2023, pela ma-

AMOSTRA

ao diretor do estabelecimento prisional, que lhe passou todas as diretrizes afetas ao cumprimento da pena. Considerando as disposições do Código Penal que versam sobre a contagem de prazo, o último dia de cumprimento de pena será:

- (A) 23/05/2023;
- (B) 24/05/2023;
- (C) 25/05/2023;
- (D) 26/05/2023;
- (E) 27/05/2023.

6. (FGV - 2024)

Caio, Presidente da República Federativa do Brasil, enquanto cumpria agenda oficial em Nova York, nos Estados Unidos da América, é vítima de um crime contra a vida, perpetrado por Tício.

Considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que o crime praticado por Tício, cometido no estrangeiro:

- (A) não está sujeito à lei brasileira, que só tem aplicabilidade às condutas perpetradas no estrangeiro que caracterizem crime contra a fé pública da União;
- (B) não está sujeito à lei brasileira, que só tem aplicabilidade às condutas perpetradas no território pátrio;
- (C) está sujeito à lei brasileira, sendo uma manifestação de extraterritorialidade incondicionada;
- (D) está sujeito à lei brasileira, desde que haja requisição do ministro da Justiça;
- (E) está sujeito à lei brasileira, desde que Tício entre no território nacional.

7. (FGV - 2024)

Com relação ao crime doloso e ao crime culposo, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

() O agente que deu causa ao resultado por negligência, responderá por culpa, ainda que não haja previsão de crime culposos.

() A lei brasileira considera crime doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo.

() A imprudência caracteriza o agir culposos, mas a imperícia implica o agir doloso.

- As afirmativas são, respectivamente,
(A) F – V – F.

(D) V – F – F.

(E) F – F – F.

8. (FGV - 2025)

Em 1º de abril, dia da mentira, Maria resolveu “pregar uma peça” em Pedro, coveiro no cemitério *Paz Eterna*.

Maria pediu a José que divulgasse nas redes sociais que ela falecera após ter sofrido um infarto. Como parte da encenação, Maria sedou-se e deitou-se em um caixão, que foi lacrado e encaminhado por José, com documentos sofisticadamente falsificados, para a sede do *Paz Eterna*.

Sem ser avisado ou desconfiar da farsa, Pedro ficou muito triste e, após orar pela alma de Maria, cumpriu seu dever profissional, realizando a cremação e guardando as cinzas num pote de vidro, que se quebrou.

Sobre o procedimento de Pedro, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) Ele não praticou crime, pois agiu com base em erro de tipo invencível.
- (B) Ele praticou apenas o delito de vilipêndio culposos das cinzas do cadáver de Maria.
- (C) Ele praticou o delito de homicídio culposos por descumprir dever de cuidado objetivo.
- (D) Ele praticou o delito de homicídio qualificado pela impossibilidade de reação da vítima.

9. (FGV - 2024)

Daniel, com 19 anos, teve relações sexuais consentidas com Joana, a qual, à época dos fatos, tinha 13 anos de idade.

Durante as investigações deflagradas contra Daniel, para apurar a suposta prática do crime de estupro de vulnerável, o agente afirmou e comprovou que conheceu Joana em uma boate – exclusiva para maiores de idade –, sendo certo que a adolescente ingressou no local portando uma carteira de identidade falsa. Daniel comprovou, ainda, que desconhecia, por completo, a idade da mulher, que aparentava, para todos, ser maior, em razão de sua compleição física apresentada.

Nesse cenário, considerando as disposições do Direito Penal, é correto afirmar que Daniel **não** responderá por qualquer crime, em razão do erro de

- (A) proibição indireto.
- (B) tipo incriminador.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (FGV - 2024)

“Devido à disputa entre as autoridades do Rio de Janeiro e de Vila Rica pela competência para julgar os sediciosos, a rainha, D. Maria I, determinou, através da Carta Régia de 17.07.1790, a composição de uma Alçada, na qual Desembargadores de Lisboa eram os responsáveis pelo julgamento. Após a oitiva dos vinte e nove réus, seguiu-se o prazo de cinco dias para defesa.

Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte (na prática dez, porque Cláudio Manuel da Costa se “suicidara” no cárcere), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.”

(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob a supervisão do Superintendente, Desembargador Hélio Costa. *Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, nº 187, p. 13-18, out./dez. 2008*)

Sobre os sistemas processuais penais e os princípios do processo penal no âmbito do processo mencionado pelo texto (julgamento de Tiradentes), é **correto** afirmar que o sistema processual então vigente apresentava traços mais característicos do sistema

- (A) inquisitivo, e o princípio do juiz natural não foi observado, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (B) acusatório, e o princípio da ampla defesa não foi observado, o que se pode inferir do texto apresentado.
- (C) misto, e os princípios fundamentais do processo penal foram observados, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (D) inquisitivo, e não é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.
- (E) acusatório, e é possível, pelo texto, observar

o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

2. (FGV - 2022)

Durante a realização de abordagem, guarnição composta por dois policiais militares do Batalhão de Polícia Rodoviária, no posto da Via Lagos, logrou identificar quatro agentes que transportavam em seu veículo expressiva quantidade de cocaína, acondicionada em tabletes, bem como, no forro do veículo, armas de fogo escondidas. Os abordados não ofereceram resistência ou se opuseram às ordens policiais. Os policiais militares, no entanto, efetuaram a algemação dos capturados, procedendo ao seu transporte até a unidade de Polícia Judiciária de plantão.

O uso das algemas, no presente caso, é:

- (A) ilegal, diante da ausência de resistência ou oferecimento de risco concreto à guarnição;
- (B) legal, diante do risco à integridade física dos policiais e de terceiros;
- (C) ilegal, diante da ausência de qualquer oposição às ordens policiais;
- (D) legal, diante do exercício regular do direito, decorrente da operação policial executada;
- (E) ilegal, diante da ausência de justificação, por escrito, da necessidade da aplicação da contenção.

3. (FGV - 2026)

Rubens praticou crime de roubo tendo como vítima Maria, que se dirigiu ao Ministério Público para relatar o fato criminoso e exigir a punição de Rubens. Maria prestou depoimento ao promotor de justiça e com este deixou todos os elementos probatórios relativos à prática do delito e à sua autoria, inclusive imagens do fato criminoso.

Nesse contexto, é **correto** afirmar que:

- (A) o Ministério Público poderá dispensar o inquérito policial e oferecer denúncia, se entender que já há elementos para tanto;
- (B) a vítima deverá se dirigir à Delegacia de

AMOSTRA

ação pública condicionada à representação;
 (C) o Ministério Público poderá dispensar o inquérito, mas, para oferecer denúncia, deverá comunicar a prática do fato criminoso ao juiz de garantias e à Defensoria Pública;
 (D) o Ministério Público deverá requerer a instauração de inquérito policial ao delegado de polícia, que devolverá os autos ao Ministério Público em dez dias;
 (E) a vítima deverá exercer o direito de representação perante o delegado de polícia, o qual deverá instaurar o inquérito policial após requerimento do Ministério Público.

4. (FGV - 2024)

Jonas, delegado de polícia, deflagrou um inquérito policial para apurar a prática de crime de roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo. Contudo, meses após o início das investigações e esgotadas todas as diligências policiais cabíveis, não logrou êxito em apurar a autoria delitiva.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o delegado de polícia:

- (A) não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da indisponibilidade do procedimento investigativo;
- (B) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da discricionariedade do procedimento investigativo;
- (C) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da dispensabilidade do procedimento investigativo;
- (D) não poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da oficialidade do procedimento investigativo;
- (E) poderá mandar arquivar os autos do inquérito policial, em razão da oficiosidade do procedimento investigativo.

5. (FGV - 2024)

João Paulo, advogado, caluniou seu desafeto, Rubens, empresário de renome na comarca, imputando-lhe falsamente fato definido como crime. Relativamente à investigação do crime de calúnia, com vistas a se determinar a sua existência e autoria, é correto afirmar que o inquérito policial poderá ser iniciado:

- (A) mediante requisição do juiz, caso não o faça o Ministério Público;
- (B) por requisição do Ministério Público, caso não o faça o ofendido;
- (C) por requisição do Ministro da Justiça, caso não o faça o juiz;
- (D) pela autoridade policial, mediante requerimento do ofendido;
- (E) de ofício pela autoridade policial.

6. (FGV - 2024)

Em relação ao inquérito policial, avalie as afirmativas a seguir.

I. Se vislumbrar posteriormente a ocorrência de crime sujeito à ação penal privada em conexão com crime de ação penal pública, o Ministério Público oferecerá aditamento à denúncia.

II. A ausência de identificação nominal do acusado impede, de maneira absoluta, a propositura da ação penal, sob pena de nulidade.

III. O inquérito policial não pode ser desarquivado em caso de arquivamento por atipicidade penal da conduta, mesmo que nova lei venha a incriminar a conduta investigada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

7. (FGV - 2022)

São critérios utilizados para distribuição de atribuições da polícia judiciária entre as diversas autoridades policiais:

- (A) territorial e funcional;
- (B) funcional e material;
- (C) territorial e temporal;
- (D) funcional e temporal;
- (E) territorial e material.

DIREITO CIVIL

1. (FGV - 2025)

Analise os episódios a seguir.

Rafaela, com 17 anos, casou-se civilmente com o consentimento de seus pais. Dois anos depois do matrimônio, aos 19 anos, colou grau em curso superior tecnólogo.

Seu irmão Caio, de 16 anos, exerce atividade remunerada como programador júnior em uma empresa privada e possui conta bancária própria, em que recebe e administra seus rendimentos.

O pai de ambos, Henrique, desapareceu durante um desastre aéreo em alto-mar, sem que o corpo fosse encontrado, apesar das buscas oficiais.

A respeito dos episódios relatados, com base no Código Civil, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Rafaela adquiriu plena capacidade civil apenas ao atingir 18 anos, sendo o casamento e a colação de grau civilmente irrelevantes para antecipar sua capacidade.

(B) Caio é absolutamente incapaz, só podendo celebrar contratos com a autorização expressa dos pais.

(C) Rafaela tornou-se plenamente capaz no momento do casamento, hipótese legal de cessação da incapacidade, e Caio poderá ser considerado emancipado se comprovar economia própria em decorrência de seu trabalho.

(D) Henrique poderá ser declarado morto presumidamente apenas após o decurso de dois anos, independentemente de prévias buscas ou averiguações.

(E) Caso Henrique seja declarado morto presumidamente, os efeitos jurídicos da sentença retroagirão automaticamente à data do desaparecimento, dispensando fixação judicial da data provável do falecimento.

2. (FGV - 2024)

A emancipação daquele com 16 anos completos dependerá de autorização judicial e registro público quando decorrer:

(A) da concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público;

(B) da colação de grau em curso de ensino superior;

(C) do exercício de emprego público efetivo;

(D) pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 16 anos completos tenha economia própria;

(E) da concessão pelo tutor.

3. (FGV - 2024)

Lúcia de 45 anos e Cláudio de 53 anos, juntamente com seus filhos, Henrique de 23 anos, Lucas de 19 anos e Pedro de 15 anos, ao retornarem de uma viagem pelo litoral, se envolveram em grave acidente, envolvendo o carro da família e uma minivan que transportava 7 passageiros.

O acidente resultou na morte simultânea de Lúcia e de Cláudio e de um jovem casal que estava na minivan. Ainda em razão do acidente, Lucas encontra-se em coma hospitalar e Henrique e Pedro sofreram apenas ferimentos leves.

Diante das consequências do acidente, Henrique requereu e foi deferida a guarda de Pedro e a curatela de Lucas. Passado cerca de um ano do acidente, Pedro manifesta o desejo de ser emancipado.

Diante da situação hipotética narrada e de acordo com a legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

(A) Lúcia e Cláudio são comorientes e Lucas e Pedro são absolutamente incapazes.

(B) Henrique, sendo o detentor da guarda de Lucas, poderá atender ao pedido do irmão, declarando a sua vontade por instrumento público, independentemente de homologação judicial.

(C) Em razão da idade, presume-se que Cláudio tenha falecido antes de Lúcia, e Lucas, mesmo em coma, é relativamente incapaz.

(D) A emancipação pretendida por Pedro só pode ser deferida judicialmente, desde que ele já tenha 16 anos completos.

(E) Em razão do falecimento dos pais, Pedro só poderá ser emancipado judicialmente e mediante comprovação de que possui economia própria.

4. (FGV - 2024)

Ana, de 85 anos, viúva e mãe de Carlos, vive sozinha em sua casa no Rio de Janeiro, desde que o filho se mudou para o interior de São Paulo, deixando de visitá-la com frequência. Ana é lúcida e saudável, mantendo uma vida social ativa, participando de encontros com amigas e parentes. Apesar disso, por sua mera conveniência, desde 2021, confiou a administração de seus bens ao seu sobrinho João, pessoa de sua maior confiança. Em 2023, sabendo que João pretendia empreender, Ana pediu que ele vendesse um de seus imóveis e, fato seguinte, doou parte considerável da renda advinda da venda para João. Carlos, ao saber do negócio, interpelou João e, imediatamente, promoveu ação judicial, requerendo a curatela de sua mãe, bem como ação anulatória da doação.

Ante a situação hipotética narrada e a legislação vigente, analise as assertivas a seguir:

I. No caso, considerando a idade avançada e a doação realizada, Ana deve ser declarada incapaz.

II. A doação é anulável em razão do dolo praticado por João e da incapacidade de Ana.

III. A idade avançada e a outorga de poderes, por si só, não indicam a incapacidade de Ana.

IV. Ana é presumidamente capaz, assim como a doação realizada, mas Carlos, por ser seu único filho, deve ser nomeado apoiador de Ana em processo de tomada de decisão apoiada.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) IV, apenas.

5. (FGV - 2024)

João e Maria, únicos sócios da sociedade empresária Alfa, da qual Pedro era o contador responsável, faleceram em um acidente automobilístico quando se dirigiam para Alfa, não se podendo averiguar qual deles faleceu primeiro. Como João e Maria mantinham uma relação de parentesco, o momento da morte influenciaria na vocação hereditária de um e outro, o que, por via reflexa, também teria reflexos na transmissão das cotas do capital social.

Nesse caso, ao analisar a sistemática estabelecida no Código Civil, Pedro concluiu corretamente que, na definição da ordem de falecimento de João e Maria, deve-se presumir que

- (A) o mais velho faleceu primeiro.
- (B) o mais jovem faleceu primeiro.
- (C) faleceram ao mesmo tempo.
- (D) o que teve o inventário aberto antes faleceu primeiro.

6. (FGV - 2022)

Aos 15 anos de idade, Valentina é uma jovem de enorme sucesso na Internet. Suas redes sociais reúnem milhões de seguidores e têm garantido um faturamento mensal médio de R\$ 100.000,00, suficientes para garantir a ela e aos seus pais uma vida de luxo. Recentemente, Valentina foi procurada por um fabricante de cosméticos que pretendia contratá-la para uma campanha publicitária.

De acordo com o direito civil brasileiro, é correto afirmar que, para celebrar este contrato validamente, Valentina:

- (A) precisa ser representada por seus pais, porque é absolutamente incapaz;
- (B) não precisa da representação de seus pais, porque tem economia própria;
- (C) precisa da anuência de seus pais, porque está investida de poderes de representação;
- (D) não precisa ser representada por seus pais, porque é pessoa pródiga;
- (E) não precisa da assistência de seus pais, porque tem discernimento pleno.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (FGV - 2024)

João ajuizou ação indenizatória contra Pedro, pleiteando a condenação deste último ao pagamento de indenização por danos morais. Finda a fase instrutória, o juiz proferiu sentença fundamentada em documentos apresentados por João em relação aos quais não foi dada a oportunidade a Pedro para se manifestar. Em razão disso, Pedro interpôs recurso de apelação, sustentando ter havido a violação a uma norma fundamental do processo civil. Com base no caso acima, a seguinte norma fundamental foi violada pela sentença:

- (A) Princípio da eficiência.
- (B) Princípio do contraditório.
- (C) Princípio da proteção à coisa julgada material.
- (D) Princípio da irrecorribilidade das decisões interlocutórias em separado.
- (E) Princípio da imparcialidade.

2. (FGV - 2023)

A respeito dos princípios constitucionais aplicáveis ao Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- (A) O juiz pode decidir em primeiro grau com base em fundamento fático que as partes não tiveram a oportunidade de se manifestar.
- (B) A ampla defesa torna obrigatória a assistência por advogado em todo e qualquer processo, com o é o caso dos processos administrativos disciplinares e *dohabeas corpus*.
- (C) Diversamente dos princípios do contraditório e da ampla defesa, o devido processo legal não é exigido nos processos administrativos, os quais obedecem à inquisitorialidade.
- (D) O princípio do juiz natural veda a criação de juízes e tribunais de exceção, sem exigir, todavia, que as regras a respeito da fixação de competência sejam anteriores ao ajuizamento da ação.

(E) O contraditório pode ser diferido em situações excepcionais, presentes razões relevantes que assim justifiquem e em ponderação com outros interesses, sem ofensa à efetividade de tal direito.

3. (FGV - 2023)

Conceitualmente, a ação é o direito público, autônomo, subjetivo e abstrato à tutela jurisdicional. Outrossim, dado o princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no Art. 5o, XXXV, da Constituição Federal de 1988, nenhuma ameaça ou lesão a direito ficará imune à apreciação do Poder Judiciário.

Sobre o direito de ação, o acesso à justiça e os pressupostos processuais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Em razão de sua natureza absoluta, o exercício abusivo do direito de ação não autoriza a responsabilização do litigante que agir dolosa e abusivamente com vistas a prejudicar a parte adversa.
- (B) Verificada a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, o juiz deverá extinguir o processo com resolução do mérito.
- (C) A inafastabilidade de jurisdição impede a criação de óbices legais ou jurisprudenciais à submissão de determinada matéria ao Poder Judiciário em todo e qualquer caso, como é a hipótese das questões desportivas e das ações previdenciárias.
- (D) Pela teoria da asserção, as condições da ação são examinadas a partir das afirmações feitas pelo autor em sua petição inicial.
- (E) Pela teoria eclética da ação, defendida por Liebman, o direito de ação somente existe se o direito material defendido por meio do processo também existir; caso contrário, não haverá exercício do direito de ação, tampouco, processo instaurado de maneira válida perante o Poder Judiciário.

4. (FGV - 2025)

Milton moveu ação possessória em face de Flávio, ambos domiciliados em Belém (PA). A ação tramita perante a 1ª Vara Cível da Comarca de Belém (PA) e diz respeito a imóvel situado no Município de São Bernardo do Campo (SP). No curso da fase instrutória, a União interveio no processo, aduzindo ser a proprietária do imóvel litigioso.

Ato contínuo, o juízo declinou o processo à Seção Judiciária de Belém (PA). Finda a fase instrutória, a União requereu sua exclusão do processo e devolução dos autos à Justiça Estadual, sustentando que, após reanálise, identificou que o bem não integra o seu patrimônio, não tendo interesse no feito.

Sobre o caso apresentado, à luz do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Embora a Comarca de São Bernardo do Campo (SP) seja competente para apreciar a demanda possessória, por ser o foro do local da coisa, a opção de Milton por ajuizar a ação no foro do domicílio do réu é válida.

(B) A Comarca de Belém (PA) é competente para apreciar a pretensão possessória de Milton, por ser o foro do domicílio do réu.

(C) O Juiz Estadual agiu corretamente ao remeter os autos ao Juízo Federal competente, ante o interesse da União no feito manifestado naquela oportunidade.

(D) Diante do pleito de exclusão da União do processo, o Juízo Federal poderá suscitar conflito de competência antes de restituir os autos à Justiça Estadual.

(E) O declínio de competência em favor da Justiça Federal após a intervenção da União foi indevido, eis que as ações possessórias não são de competência da Justiça Federal, por expressa disposição da Constituição Federal.

5. (FGV - 2025)

Pessoa jurídica de direito público ajuizou ação de procedimento comum em face de um servidor integrante de seus quadros, requerendo em sua petição inicial, além da tutela jurisdicional definitiva, a concessão de tutela provisória de urgência, a qual foi de imediato deferida pelo juiz. Regularmente citado, o réu ofertou contestação tempestiva, sem que tives-

preliminares, apenas meritórias. Já estando o feito apto a ingressar na fase da instrução probatória, o réu protocolizou petição em que suscitava a incompetência relativa do foro e requeria, em razão desse vício, a revogação da tutela provisória concedida à parte autora. Apreciando essa nova petição, o juiz da causa se convenceu da configuração da incompetência relativa.

Nesse cenário, é correto afirmar que o magistrado:

(A) não deverá conhecer da arguição do réu, em razão da preclusão, embora lhe caiba declinar de ofício da competência em favor do juízo situado no foro competente, com a conservação dos efeitos da tutela provisória;

(B) não deverá conhecer da arguição do réu, em razão da preclusão, embora lhe caiba declinar de ofício da competência em favor do juízo situado no foro competente, com a revogação da tutela provisória;

(C) não deverá conhecer da arguição do réu, em razão da preclusão, cabendo-lhe determinar o prosseguimento do feito, rumo à fase da instrução probatória;

(D) deverá conhecer e acolher a arguição do réu, cabendo-lhe declinar da competência em favor do juízo situado no foro competente, com a conservação dos efeitos da tutela provisória;

(E) deverá conhecer e acolher a arguição do réu, cabendo-lhe declinar da competência em favor do juízo situado no foro competente, com a revogação da tutela provisória.

6. (FGV - 2025)

Com relação às regras de conexão e de continência e as disposições acerca da modificação de competência, tendo como base a jurisprudência sobre o tema, avalie os itens a seguir.

I. O Juízo que julgou ação de divórcio possui competência para julgar ação de partilha, sendo certo que há conexão substancial entre ambas as demandas.

II. Por se tratar de competência relativa, não poderá o Juízo declinar de competência de ofício mesmo quando se tratar de ajuizamento de ação em Juízo aleatório, entendido como aquele sem vinculação com o domicílio ou a residência das partes ou com o negócio jurídico discutido na demanda.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

